

Aos integrantes do

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

São Paulo, 20 de fevereiro de 2009

Prezados integrantes do Conselho:

Na qualidade de membro titular do Conselho, representando a Transparência Brasil, levo à sua consideração assunto ligado às atividades desse organismo e que tem causado preocupação a esta entidade.

Trata-se do iminente envio, ao Congresso, de Projeto de Lei de iniciativa do Executivo que trata da regulamentação do direito de acesso a informação detida pelo Estado e do dever de publicidade desse mesmo Estado.

Recordo que a conveniência de se promulgar uma regulamentação desses dois preceitos constitucionais foi discutida no âmbito do Conselho por estímulo da Transparência Brasil. Como decorrência das discussões travadas, o Conselho houve por bem elaborar um anteprojeto de lei dotado de determinadas características.

Diversos integrantes do Conselho participaram ativamente da elaboração desse anteprojeto.

A peça foi enviada à Casa Civil pelo então ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, em 2006.

Pouco antes das eleições de 2006, o presidente da República anunciou em cerimônia no Palácio do Planalto, à qual diversos membros do Conselho estiveram presentes, que enviaria ao Congresso um projeto de lei sobre o acesso a informação.

No tempo decorrido daquela época a esta data, por diversas ocasiões a Transparência Brasil se dirigiu à Casa Civil para solicitar informações a respeito do andamento das discussões internas que se travavam em torno do projeto e, em particular, para instar a ministra Dilma Rousseff para que empreendesse: 1) um processo de discussão do projeto junto ao Conselho de Transparência, que o havia engendrado; 2) a submissão do anteprojeto a audiência pública, para seu ulterior aperfeiçoamento.

Acredito não extrapolar os limites do bom senso ao frisar que, não bastassem outros motivos, a discussão com o Conselho seria exigível por dever de respeito a um grupo de pessoas que havia se dedicado a colaborar com o governo na própria concepção da idéia e na elaboração de uma primeira versão do projeto. E que submeter um projeto de tamanho impacto a audiência pública seria aconselhável por simples prudência.

A tais comunicações a Casa Civil respondeu uma única vez, protocolarmente, não oferecendo comentários ou reações.

Pois bem, nos últimos dias verifica-se que a Casa Civil desencadeou um mecanismo de "vazar" para alguns jornalistas pedaços do que seria o projeto de lei de acesso a informação. Ao que parece, a nenhum desses jornalistas se forneceu o texto completo.

Até onde foi possível detectar, nenhuma das entidades e pessoas que têm militado no terreno do acesso a informação, entre as quais a Transparência Brasil se inclui, tem conhecimento desse texto.

O que se lê nos jornais não é animador. Contudo, pelos motivos expostos, tais relatos são necessariamente parciais e podem não fazer justiça à peça real.

De toda forma, dado que a gênese de todo o processo deu-se por iniciativa direta do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, dirijo-me a todos para submeter-lhes formalmente a seguinte moção:

Que o Conselho emita comunicação formal a seu presidente, o ministro Jorge Hage, solicitando dele que se dirija, também formalmente e em nome do Conselho como seu presidente, à ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para exprimir a expectativa do Conselho de que o projeto de lei de acesso a informação seja submetido a discussão desse Conselho como condição prévia a qualquer outro trâmite subsequente.

Dado que há rumores de que a Casa Civil pretende enviar o projeto de lei ao Congresso em meados de março, acredito ser razoável solicitar o obséquio de que manifestações dos conselheiros a respeito do assunto se façam até o dia 6 de março.

Agradecendo a atenção, despeço-me,

Atenciosamente,



Claudio Weber Abramo

Diretor executivo

Representante da Transparência Brasil no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção